



neps

Boletim Informativo

Núcleo de Estudos de População e Sociedade - Instituto de Ciências Sociais - U.M. - Guimarães - nº 13 - Maio de 2000

S
U
M
Á
R
I
O

EDITORIAL

Do fim do milénio à questão da periodização em Demografia Histórica

♦ António Amaro das Neves

FALANDO DE
DEMOGRAFIA HISTÓRICA...

♦ Maria Norberta Amorim

INVESTIGADOR APRESENTA-SE:

Odete Paiva

♦ Elisabete Pinto

APONTAMENTOS
DE INVESTIGAÇÃO:
*As visitas pastorais
Uma fonte para o estudo da família
e da sociedade do
Antigo Regime*
♦ Odete Paiva

APONTAMENTOS:
*Reflexões em torno da
Demografia Histórica*
♦ Maria da Conceição Coelho
dos Reis

NOTÍCIAS

- VI Congresso da ADEH
Castelo Branco, Abril de 2001
- Nova edição do Mestrado
em História das Populações

EDITORIAL

António Amaro das Neves

Do fim do milénio à questão da periodização em Demografia Histórica

À medida que se aproximava o final de 1999, desenrolou-se uma intensa polémica, com larga ressonância mediática, acerca do momento em que findaria o milénio. Esgrimiram-se argumentos, fizeram-se contas -algumas delas quase delirantes-, vieram à liça com os seus argumentos especialistas dos mais diversos ramos do conhecimento. O historiadores não faltaram a esta contenda. Ficou demonstrado à saciedade que o terceiro milénio só se iniciava quando acabasse o último ano do segundo, este que agora.

À margem das proporções extravagantes que esta discussão assumiu, estamos em presença de um problema interessante para aqueles que, como os historiadores demógrafos, trabalham com séries cronológicas, o de saber onde começam e onde acabam as décadas e os séculos.

Neste ponto, parece não haver grande polémica entre os especialistas: embora, em rigor cronológico, as décadas e os séculos se iniciem sempre num ano 1 (1601, 1611, 1621, ..., 1701...), a prática geralmente aceite nos estudos de Demografia Histórica segue a convenção de que as décadas das séries construídas com as variáveis demográficas são indicadas pelo algarismo das dezenas e, pelo

seu lado, os séculos, pelo das centenas: assim, a primeira década do século XVII decorre entre 1 de Janeiro de 1600 e 31 de Dezembro de 1609; a segunda, de 1610 a 1619, etc. Do mesmo modo, a série de dados referentes ao século XVII será a que se agrupa entre o primeiro dia de 1600 e o último dia de 1699. Tratando-se de uma mera convenção, é tão discutível e tão legítima como qualquer outra; mas é vital que, sendo esta a norma aceite, seja respeitada, obedecendo à regra da normalização da informação de carácter científico.

Um dos problemas com que nos debatemos hoje resulta exactamente da falta de normalização na apresentação dos resultados das investigações em demografia histórica. A validade de uma pesquisa também deriva do modo como os seus resultados podem ser comparados com outros. Para tanto, há grandes vantagens em empregar, no momento em que se disponibilizam os resultados, um modelo de periodização que se possa sobrepor às séries já conhecidas.

Este problema coloca-se especialmente no momento em que se pretende proceder uma abordagem de conjunto, com vista a es-

Do fim do milénio à questão da periodização em Demografia Histórica

tabelecer os padrões de comportamento dentro de uma área geográfica mais alargada, ultrapassando os limites estreitos das fronteiras paroquiais e passando a um quadro regional ou nacional.

Quando se tenta fazer o ponto da situação sobre uma qualquer variável significativa do quadro demográfico português, encontrá-mos já disponível um considerável volume de trabalhos, que permitem ir delineando o perfil da População Portuguesa desde o Antigo Regime até ao limiar do século xx, integrado por largas dezenas de paróquias, pertencentes à maioria dos distritos do território de Portugal continental e à Região Autónoma dos Açores. Porém, é inegável que ainda persistem zonas muito significativas que, por absoluta ausência de informação disponível, escapam ao nosso conhecimento (situação que irá sendo progressivamente superada com o desenvolvimento dos múltiplos projectos de investigação actualmente em curso ou em fase de lançamento).

Sendo já significativo o volume de dados disponíveis, permitindo-nos uma aproximação ao conhecimento dos padrões do comportamento das populações de algumas regiões, em especial do Minho, os principais obstáculos colocam-se quando tentámos agrupar as séries disponíveis, procurando gerar uma massa de dados suficientemente densa para nos permitir observações mais sólidas. Como lidar então com a irregularidade das periodizações, resultante do modo muito particular como cada investigador distribuiu os comportamentos observados ao longo dos anos? Faz todo o sentido, observando num gráfico a curva da evolução de um determinado comportamento demográ-

fico, a determinação de linhas de tendência, o ajustamento da periodização às tendências e a procura de explicações para as variações de comportamento. Com isto, o investigador cumpre os seus propósitos de pesquisa, extraindo das fontes todas as informações pertinentes para o seu estudo. Só que a observação dos comportamentos demográficos está longe de se esgotar dentro das limitações espaciais das monografias paroquiais, impondo-se outros níveis de observação, num quadro geográfico mais alargado, nos quais convergem os resultados das investigações de âmbito local. É neste contexto que se faz sentir a necessidade da disponibilização de dados normalizados (de igual forma sentida sempre que um investigador pretende comparar os resultados que obteve com os disponibilizados noutros estudos).

Atente-se num exemplo esclarecedor, retirado de um dos últimos trabalhos publicados pelo Neps¹. A páginas tantas, a autora insere um quadro com o título *Taxas de Fecundidade Legítima Comparadas (Portugal)*. Os dados que aí se encontram estão distribuídos do seguinte modo: Lorde-lo (1640-1739; 1740-1789; 1790-1839; 1840-1890), Guimarães – Zona Rural (antes de 1750); Belinho (1629-1910); Cortegaça (anterior a 1750; 1750-1799; onze períodos decenais, de 1800 a 1900), Calvão (1670-1799; 1800-1865), Poiães (1650-1823), Rebordãos (1610-1750), Cardanha (1600-1795) e Sul do Pico (antes de 1750; 1740-1819; 1670-1779; 1780-1819; 1820-1869; 1870-1929). Neste quadro comparativo, a autora teve que recorrer a dados referentes a períodos de duração muito variável: 10, 20, 30, 40, 50, 51, 66, 80, 110 ou 282

anos. T tamanha irregularidade na duração dos períodos observados é facilmente compreensível dentro da lógica interna de cada um dos estudos de que fazem parte, ligando-se com questões de variação de comportamento e de dimensão das paróquias estudadas. No entanto, uma tal assimetria na distribuição dos dados utilizados, levanta dificuldades intransponíveis, diminuindo o rigor a qualquer tentativa de tratamento comparativo. Importa repensar esta questão, convencendo-se um modelo padronizado de apresentação de séries de variáveis demográficas, independente das periodizações específicas referentes a cada paróquia, que cada investigador tem inteira liberdade para estabelecer como resultado do seu próprio percurso de investigação.

Impõe-se que se pense sobre a necessidade de, a cada monografia, acrescentar um apêndice no qual sejam disponibilizadas as séries sobre as quais assentou o trabalho do autor da investigação, segundo critérios de periodização normalizados.

Este é um problema que se vai colocando cada vez mais na ordem do dia à medida em que vai crescendo o número das paróquias reconstituídas e que se vão ensaiando abordagens de síntese dos comportamentos populacionais dos portugueses de outros tempos, até que seja chegada a hora de montar um esquema descritivo sistemático, aplicável ao todo nacional, capaz de estabelecer os padrões globais e as variantes regionais do comportamento da população histórica portuguesa. •

¹ Scott, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste português (séculos XVIII e XIX)*, Quadro 48.

Na investigação desenvolvida até ao momento em Portugal, particularmente no Norte do país, para períodos anteriores ao século XIX são pouco frequentes os casos em que se dispõe de registo sistemático de mortalidade infantil. Isso interdita-nos a abordagem de importantes indicadores demográficos como a esperança de vida à nascença ou uma aproximação consequente ao fenómeno da mobilidade geográfica ou a tentativa de aproximação a quantitativos populacionais na ausência de listas de habitantes.

No entanto, em grande número de paróquias já estudadas, não se podendo contar rigorosamente, num momento dado, os homens e as mulheres residentes e a sua distribuição por grupos de idades, outras informações sobre a estrutura da população podem estar, em todas elas, ao nosso alcance. Por exemplo, a contagem dos avós residentes que cada criança encontraria no momento do seu nascimento.

Sabendo-se das profundas marcas culturais resultantes do convívio de três gerações, facilmente se percebe a importância desta informação trazida pela Demografia Histórica. De facto, uma sociedade que se estrutura deixando ao cuidado dos mais velhos o acompanhamento da criação/educação das crianças, enquanto os pais trabalham no exterior ou nas lides domésticas, transmite mais facilmente às novas gerações valores e hábitos tradicionais do que outra comunidade em que esse convívio esteja limitado.

Por outro lado, a circunstância de cada criança ao nascer ter ainda quatro, três, dois, um, ou nenhum avô sobrevivente na comunidade em que nasce, pode expressar a complexa interacção de variáveis demográficas, como a

idade média ao casamento, o recasamento, a duração do período fecundo, a incidência da mortalidade e da mobilidade.

Assim, para um período determinado, a contagem do número de avós identificados como sobreviventes na comunidade, em função da data do nascimento de cada criança, poderá permitir-nos avançar para uma interessante análise comparativa entre comunidades geograficamente afastadas ou de economias diferenciadas.



No projecto de investigação do Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho dispomos já de um número apreciável de paróquias reconstituídas, localizadas especialmente no Norte Litoral, mas também no Nordeste Transmontano, na Ilha do Pico, no Centro e Sul do país. Delas escolhi, da minha própria investigação, quatro comunidades de regiões distintas - Poiares, do concelho de Freixo de Espada à Cinta, no Nordeste Transmontano; Ronfe, do concelho de Guimarães, no Noroeste; Couto do Mosteiro, concelho de Santa Comba Dão, no Centro do país e S. Mateus da ilha do Pico, nos Açores. Essas quatro paróquias inscrevem-se em zonas geograficamente bem diferenciadas no território nacional. Poiares é uma paróquia rural raiana, de povoamento concentrado, a 5 Km da

sede do concelho, povoação que lhe fica mais próxima. Ronfe inscreve-se numa zona de intensa ocupação humana, de povoamento disperso, em que os limites paroquiais são convencionais e em que, no Antigo Regime, as indústrias domésticas marcam presença ao lado das actividades agrícolas. Couto do Mosteiro, paróquia predominantemente rural, embora com alguma importância de serviços, reparte-se por aldeias em que a sociedade tradicional se ensimesmava, com abertu-

ra tão fácil entre as aldeias da comunidade como entre as aldeias próximas de comunidades contíguas. Finalmente, S. Mateus do Pico, comunidade rural e piscatória, com povoamento que corre ao longo do litoral e sobe pelas canadas, limitada a sul pelo mar e a norte pela montanha e espacialmente bem separada das duas comuni-

idades enquadrantes, acolheu, por volta de 1718/20, desalojados das lavas vulcânicas que assolaram por dois momentos uma dessas freguesias vizinhas, a freguesia de S. João. A par dessa entrada, o crescimento natural da sua população vai condicionar o arroteamento de zonas de encosta pouco propícias à agricultura, conduzindo a uma situação de ruptura em que um volume impressionante de população jovem vai ser empurrada para o outro lado do mar, primeiro na direcção do Brasil e depois da América do Norte.

No sentido de estudar a sobrevivência dos avós ao nascimento dos netos em cada uma das quatro comunidades referidas, considerarei os indivíduos nascidos no espaço de 10 anos, na transição do século XVIII para o XIX, ou sejam os indivíduos nascidos en-

tre 1795 e 1804. Distingui depois, em cada caso, por sexos, os avós residentes ao nascimento de cada neto: os falecidos identificados, os que foram residentes fora da comunidade, os incógnitos (decorrentes da ilegitimidade ao nascimento) e os de destino desconhecido, ou seja aqueles dos quais não conhecemos registo de óbito, tendo sido residentes. Foram analisados 182 nascimentos em Poiães, 285 em Ronfe, 225 no Couto do Mosteiro e 788 em S. Mateus. Os resultados percentuais da nossa análise podem observar-se no Quadro I.

Como se verifica, são muito salientes as diferenças de comportamento entre as quatro paróquias em estudo.

Destacamos primeiro a percentagem de avós residentes fora no caso de Ronfe- 36/37%, contra os

5/6% de S. Mateus, enquanto em Poiães e Couto do Mosteiro encontramos 22/23%. De facto, a intensidade de povoamento na zona condiciona, em Ronfe, a abertura fácil do mercado matrimonial, contrastando com S. Mateus em que essa abertura se encontra fortemente condicionada pela geografia. No entanto, Poiães, apesar do seu isolamento geográfico, apresenta um comportamento similar ao do Couto do Mosteiro, povoação com abertura geograficamente mais facilitada às comunidades enquadrantes.

Reparemos depois no volume de avós incógnitos, mais saliente em Ronfe, expressando um comportamento diferente, no plano da fecundidade ilegítima.

No entanto, as diferenças mais significativas parecem situar-se no volume de avós sobreviventes ou não ao nascimento dos netos.

No sentido de podermos comparar mais adequadamente essa variável, foram ignorados os avós de destino desconhecido, particularmente os avós do sexo masculino. Em Ronfe e também em S. Mateus vivia-se um ambiente de convívio entre gerações, que só se costuma supor para épocas bem mais tardias. Esta situação favorável não era acompanhada da mesma forma no Couto do Mosteiro. •

QUADRO I				
Situação dos avós ao nascimento dos netos (nascidos entre 1795 e 1804)				
%				
	Poiães	Ronfe	Couto	S.Mateus
Avós Vivos				
Sexo masculino	15	19	20	33
Sexo feminino	31	28	31	50
Avós Falecidos				
Sexo masculino	55	26	45	51
Sexo feminino	40	17	38	36
Avós de Fora				
Sexo masculino	23	36	23	5
Sexo feminino	22	37	22	6
Avós Incógnitos				
Sexo masculino	5	11	5	4
Sexo feminino	4	7	3	3
Avós Dest. Desc.				
Sexo masculino	2	8	7	6
Sexo feminino	3	10	6	6

QUADRO II				
Situação de sobrevivência dos avós residentes ao nascimento dos netos (nascidos entre 1795 e 1804)				
%				
	Poiães	Ronfe	Couto	S.Mateus
Avós Sobreviventes				
Sexo Masculino	21	42	31	40
Sexo Feminino	44	62	45	58
Sexos Reunidos	33	52	38	49

Novidades na Internet

Já se encontra disponível a página na Internet da **Associação de Demografia Histórica (ADEH)**, que poderá ser consultada no seguinte endereço:

<http://www.ucm.es/info/adeh>

Por seu lado, o **Núcleo de Estudos em História Demográfica do Brasil**, também colocou na internet a sua página, no endereço:

http://www.historia_demografica.tripod.com

Dentro em breve estará disponível a página do Neps, actualmente em construção.



NOME: *Odete Tavares Paiva Silva Leite*
NATURALIDADE: *Aldeia do Bispo - Sabugal*
RESIDÊNCIA: *Vila Nova de Famalocão*
ACTIVIDADE PROFISSIONAL: *Professora na Escola EB 2,3 Júlio Brandão - Vila Nova de Famalicão*

Investigadora com “o coração”

O interesse pela descoberta do passado e a predisposição natural para a pesquisa histórica são os ingredientes que preenchem a vida da maioria dos investigadores. Com muito esforço e dedicação apaixonada, após a conclusão da licenciatura, há quem comece a trilhar o caminho do conhecimento fora dos horizontes universitários até que sente a necessidade de aprender metodologias e partilhar experiências de investigação. Esta trajectória académica caracteriza um pouco o percurso que Odete Paiva tem empreendido desde que concluiu a Licenciatura em História.

Conciliando as actividades escolares com a dinamização de iniciativas junto de várias instituições culturais, cedo sentiu a necessidade de regressar à Universidade. “**Precisava de encontrar instrumentos para organizar o conhecimento, sentir o apoio de pessoas que investigam numa determinada área**”, recorda a investigadora ao lembrar que antes de frequentar o Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, na Universidade do Minho, ainda participou num Curso de Especialização em História Moderna e Contemporânea, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

A ânsia de complementar os conhecimentos adquiridos na área da demografia estimularam-na a definir o objecto da investigação num Mestrado que permitia uma grande diversidade de abordagens temáticas. Mas, esta decisão não resultou do acaso. Odete Paiva

resolveu enveredar por um estudo demográfico com reconstituição paroquial, impulsionada pelas ideias recolhidas durante um Congresso em que assistiu a uma comunicação apresentada pela Doutora Norberta Amorim. Essa motivação conduziu-a ao contacto com a metodologia de reconstituição de famílias, tendo centrado as suas pesquisas sobre a instituição família, a demografia e a sociedade.

Na investigação que produziu para elaborar a dissertação de Mestrado, Odete Paiva conseguiu provar que **“a demografia e as possibilidades que oferece ao cruzamento de fontes torna-se fundamental para o conhecimento da evolução de uma determinada comunidade”**. Ao estudar a paróquia famalicense de Avidos, além dos comportamentos demográficos, **“trave mestra para o conhecimento da paróquia”** no período compreendido entre o século XVI e 1995, procurou obter uma visão mais abrangente da sociedade ao longo dos séculos. Esta investida na análise das permanências e mudanças levou-a harmonizar **“métodos quantitativos com perspectivas qualitativas”**, recorrendo, por vezes, à técnica da entrevista. Depois das experiências vividas com o gravador na mão acredita que **“há testemunhos orais que se podem perder, sendo necessário agarrá-los como um documento precioso que urge preservar”**.

Recentemente, apresentou a tese de dissertação de Mestrado e

prepara-se para publicar o trabalho sobre “Avidos” no próximo mês de Setembro.

Apesar desta etapa estar praticamente concluída, um novo desafio já movimenta as atenções de Odete Paiva: o estudo do fenómeno migratório Portugal/Brasil, no concelho de Famalicão. Trata-se de um projecto desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos de População e Sociedade com projecção além fronteiras, nomeadamente, no Brasil, através da recolha sistemática de fontes nas hospedarias e nas colectividades que têm agremiado os emigrantes portugueses. Os resultados preliminares desta abordagem vão ser revelados brevemente, podendo ou não ser o início de um projecto de Doutoramento. “Há coisas que acontecem naturalmente, por isso, pode surgir a progressão académica”, adianta Odete Paiva, sem hesitar dizer que **“investiga com o coração”**.

Empenhada nas pesquisas que tem feito sobre o concelho de Famalicão, a investigadora trava a batalha do conhecimento numa outra frente: o ensino. Procura estimular os alunos para o conhecimento do passado, porque **“só assim eles podem compreender a História e os mecanismos que fazem pulsar a evolução da sociedade”**. Esse incentivo serve, igualmente, para “apelar à conservação do património”, porque **“a História pode transmitir aos estudantes os valores que sustentam a identidade”**. •

As visitas pastorais Uma fonte para o estudo da família e da sociedade do Antigo Regime

De acordo com o estado do conhecimento, as visitas pastorais portuguesas revelam alguma especificidade, quando as comparamos com instituições congêneres da Europa Católica.

Joaquim Carvalho e José Pedro Paiva, autores que têm estudos sobre as visitas pastorais na diocese de Coimbra, chamam a nossa atenção para a ordenação dos poderes jurisdicionais que parece ser atípica em Portugal, nomeadamente no que diz respeito à normalização social, em que incluem a perseguição dos pecados públicos, incontinência sexual, salvaguarda dos modelos familiares e perturbações à paz em geral.

Em Portugal, os bispos orientam a sua acção pastoral num âmbito que nos outros países católicos, no período pós-tridentino, parece não acontecer. Aqui, os visitantes centram-se sobre duas vertentes, que estão plasmadas nos dois tipos de fontes deixadas - os capítulos de visita (dimensão espiritual) e os livros de devassa e de termos (dimensão temporal).

Em França, Itália e Alemanha, as visitas pastorais debruçam-se sobre a dimensão espiritual, o que nos leva à questão inicial da necessidade de redimensionarmos o problema, à luz das potencialidades específicas das visitas portuguesas.

A riqueza documental encontrada na visita pastoral portuguesa torna-a uma fonte privilegiada no estudo de qualquer comunidade. Daí, que a exemplo dos autores que temos vindo a seguir de perto, e de Franquelim Neiva Soares, que também tem centrado os seus estudos nas visitas episcopais, (arqui-diocese de Braga), chamemos a atenção para a importância desta fonte, que se revela de grande valor no estudo da instituição eclesiástica e na re-

constituição de comunidades no período do Antigo Regime.

A análise da documentação produzida nas visitas, que o arcebispo ou em caso de impossibilidade deste o seu delegado faziam, anualmente, ou de dois em dois anos, (na prática nem sempre com esta periodicidade), segundo era prescrito pelas Constituições Sinodais, que incorporam esta directriz ditada pelo Concílio de Trento, veio fazer luz sobre algumas das interrogações que se nos colocaram.

Na chamada visita espiritual destacam-se as informações que dizem respeito às relações hierárquicas da Igreja, intersticiadas por questões de supremacia, ou direitos adquiridos, quer entre o Cabido, o bispo ou outras entidades eclesiais e a maior ou menor autoridade dos poderes, nomeadamente do bispo, ao longo dos tempos.

Na denominada visita temporal falemos primeiro das questões que se prendem com os comportamentos sexuais. Aqui, englobámos as relações extraconjugais, liberalidade entre algumas raparigas e rapazes, de que poderão resultar alguns filhos naturais, o esposado entrar em casa da «esposa», o fechar de olhos de determinados pais e irmãos às relações ilícitas das suas filhas ou irmãs, quer com homens casados, quer com solteiros, os problemas conjugais, em virtude de o homem manter uma relação fora do casamento, que muitas vezes redundava em maus tratos à mulher.

Ainda na visita temporal, não poderemos deixar de mencionar a teia de relações entre vizinhos, a má língua existente, que punha muitas vezes em perigo as interações necessárias entre paroquianos, a embriaguez, com os distúrbios em termos familiares e da comunidade que esta acarre-

tava, o desassossego provocado na freguesia por determinados indivíduos armarem bulhas, ou vadiarem pelos lugares.

A DEVASSA (PROCESSOLOGIA)

À parte espiritual da visita seguia-se a devassa ou visitação temporal.

Eram ouvidos os fregueses de cada lugar, de acordo com a consulta prévia feita ao rol dos confessados pelo visitador, que elegia de todos os lugares fregueses a serem ouvidos, acerca dos «casos da visita». O que leva a concluir que todos podiam ser delatados e delatores.

Em edital dado a conhecer anteriormente aos paroquianos, mencionavam-se os pecados públicos a serem delatados, não fazendo o visitador incidir as perguntas sobre alguém em particular.

Só depois de o visitador inquirir diversas testemunhas sobre a mesma ocorrência, e encontrada a culpa, sentenciava os culpados, que poderiam reconhecer ou não a mesma. No primeiro caso, assinariam um termo e pagariam ou não a respectiva multa (acontecendo algumas vezes o perdão, na circunstância de os sentenciados não terem meios com que pagar). No segundo caso, poderiam recorrer ao Tribunal Eclesiástico.

UM ESTUDO DE CASO: AVIDOS, COMUNIDADE RURAL DO BAIXO MINHO

A exemplo de outras comunidades rurais do Minho, deparámos, para o Antigo Regime, quando fizemos a reconstituição da paróquia, com um quadro de alta ilegitimidade e um peso significativo de concepções pré-nupciais.

Se bem que na devassa fossem produzidos vários documentos (*Livros de Devassas*, *Livros de Termos de Culpados* e *Livros do Ro-*

As visitas pastorais Uma fonte para o estudo da família e da sociedade do Antigo Regime

teiro dos Culpados), foi este último, porque nos dava uma visão diacrónica, de quase um século (1728-1824), embora fosse um simples arrolamento dos pronunciados na visita, a fonte privilegiada de análise, por cruzamento com as outras fontes estudadas, de que destacamos os livros de registo paroquial (nascimentos, casamentos e óbitos).

A maior parte (80%) dos comportamentos desviantes são do foro sexual - mancebia, incesto e prostituição, (incluem-se aqui os consentidores).

O segundo lugar é ocupado pelo delito de má língua, em que as mulheres são as principais protagonistas, havendo dos quinze condenados, só dois homens a quem é imputada esta culpa.

Seguem-se outros delitos com algum significado no panorama da paróquia, como embriaguez, distúrbios à ordem pública (armar bulhas) e, de uma forma evenencial, aparecem-nos as outras mazelas sociais, como seja, lançar sortes, mandar pôr pasquins difamatórios, ser tunante e andar de noite em ajuntamentos de mulheres.

Os reincidentes configuram uma realidade presente em Avidos, o que comprovámos pelos indivíduos que identificámos através das fichas de família, encontrando nós indivíduos que cometeram mais que um delito no mesmo ano, ou que pelo mesmo crime foram punidos em diversos anos.

Relações íntimas entre homens casados e mulheres solteiras, o retrato da vida marginal que se desenha com maior incidência na comunidade por nós estudada, como reflexo de que à família tradicionalmente constituída havia que dar lugar nesse *puzle de inter-relações homem-mulher, alternativas à*

família legítima.

Numa comunidade em que a idade média ao primeiro casamento, foi sempre alta em ambos os sexos, poderemos encontrar aí mais um factor facilitador das relações sexuais fora do casamento.



O elevado celibato definitivo feminino ajuda-nos também a compreender os comportamentos sexuais fora do casamento.

Como seria o quotidiano das mulheres?

Grande parte delas relegadas para uma situação de dependência em relação ao marido ou aos pais, e um número significativo vivendo à margem, numa forma alternativa de família, talvez pensando que um filho, embora “sem pai”, era sempre alguma riqueza, no meio de um dia a dia de luta pela sobrevivência.

O número de mulheres que tiveram mais de um filho, numa relação não conjugal, atinge 23%. Embora o número esteja muito longe dos 50% encontrados por Caroline Brettell (1991):22. Também Ana Silvia Volpi Scott (1998

b):331, encontra para Ronfe (Guimarães), 35% de mulheres que tiveram mais de um filho natural.

A comunidade de Avidos, como acabámos de ver, era uma comunidade em que o principal pecado estaria ligado ao concubinato, homens e mulheres cumpriam os preceitos religiosos assistindo à missa, guardando os domingos e dias santos, não se perdendo no jogo. A pacatez aldeã era de onde em onde interrompida por uma ou outra bulha, fruto de má língua e embriaguez, principalmente.

O visitador procurava conduzir o rebanho ao bom caminho. O escândalo, o prevaricar várias vezes, a natureza da culpa levariam a que se tomassem medidas punitivas, dissuadindo-se os culpados e mostrando que a Igreja exigia um código de conduta.

Pudemos comprovar, que pese embora a Igreja ter recorrido a diversos instrumentos inibidores da transgressão à ordem constituída, não conseguiu fazê-lo com o alcance expresso nos normativos.

Como vimos, as fontes resultantes das visitas pastorais, nomeadamente a componente temporal, permite-nos lançar os olhos sobre a sociedade do Antigo Regime, sentir o seu *modus vivendi*, e dar mais uns passos importantes para a construção da história da família em Portugal. Parafraseando Joaquim Carvalho e José Pedro Paiva, através das visitas pastorais, podemos ter uma visão multifacetada, em olho de mosca da sociedade. •

BIBLIOGRAFIA

Brettell, Caroline B., 1991, *Homens que partem, mulheres que esperam, consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

Carvalho, Joaquim Ramos de, 1988, «A Jurisdição episcopal sobre leigos

Reflexões em torno da Demografia Histórica

1. INTRODUÇÃO

Vacilei longamente em relação ao tema ou temas a desenvolver neste trabalho. Coincidindo com o fecho do primeiro bloco de matéria da disciplina de Demografia Histórica, do curso de Mestrado em História das Populações, seria natural que tentasse fazer uma síntese dos conhecimentos até aqui adquiridos – as sessões lectivas, os textos lidos e a participação nas Jornadas do NEPS forneceram informação que deveria ser sistematizada. Essa hipótese de trabalho, porém, não me entusiasmava. Um trabalho de síntese levar-me-ia a trabalhar essencialmente sobre ideias alheias, pouco espaço dando à reflexão. E parecia-me que era de reflexão que eu necessitava, uma reflexão que clarificasse o meu posicionamento face à Demografia Histórica.

Na realidade, avançar sem tentar perceber quais as causas de uma certa perplexidade que sinto quando se fala sobre as fronteiras da Demografia Histórica poderia conduzir-me a visões desajustadas da disciplina, difíceis de corrigir no futuro. Deste modo optei por me debru-

çar sobre uma problemática complexa – o que é (e o que não é) a Demografia Histórica e como se relacionam os investigadores com a sua disciplina, sabendo à partida que não chegaria a conclusões originais nem definitivas, mas tendo a certeza de que o exercício me ajudaria a interiorizar alguns conceitos fundamentais.

2. A RELAÇÃO DO INVESTIGADOR COM A DEMOGRAFIA HISTÓRICA

A reflexão a que me propus obrigou-me, em primeiro lugar, a um esforço de introspecção. Pragmática por natureza, não convivo bem com a ambiguidade. Ou melhor, se há ambiguidade, preciso de lhe conhecer os contornos. Mas a causa do meu desconforto estaria na relativa indefinição das fronteiras da Demografia Histórica? Penso, agora, que não. Na origem desse desconforto estarão antes as condições em que foi realizada a minha formação académica. Licenciada por uma faculdade que organizativamente e na prática ignora as ciências sociais e humanas enquanto enorme área do saber onde coexistem as mais variadas disciplinas, a História assu-

miu, para mim, um lugar de disciplina preponderante. As outras disciplinas que com a História se pudessem vir a cruzar seriam sempre instrumentais ou auxiliares. A reforçar este sentimento, acontece que a Demografia Histórica participa como cadeira opcional no plano de estudos do curso de História, ao nível da Paleografia, por exemplo. Frequentei aquela cadeira. E, embora o docente tenha apresentado a disciplina como uma disciplina autónoma, não interiorizei essa realidade, tão habituada estava ao “imperialismo” da História. Apercebi-me, isso sim, das enormes potencialidades que os estudos de Demografia Histórica, usando a metodologia de reconstituição de paróquias, forneciam à história local, a ponto de não achar viável fazer-se um estudo sério de uma comunidade sem um levantamento prévio e rigoroso da sua população. Deste modo, a compreensão integral da autonomia da Demografia Histórica, essencial no âmbito deste mestrado, implicava uma certa compartimentação interior das duas disciplinas, que só agora assumi.

Esta tomada de consciência re-

APONTAMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

Odete Paiva

em matéria de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de Antigo Regime», *Revista Portuguesa de História*, n.º 24, pp. 121-163.

Carvalho, Joaquim Ramos de, 1985, *As Visitas pastorais e a sociedade de Antigo Regime. Notas para o estudo de um mecanismo de normalização social*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Carvalho, Joaquim, e Paiva José Pedro de, 1989, «A Evolução das visitas pastorais da Diocese de Coimbra nos séculos XII e XVIII», in *Ler História* n.º 15, pp. 29-41.

Carvalho, Joaquim, e Paiva José Pedro de, 1985, «Reportório das visitas pastorais da diocese de Coimbra, nos séculos XVII, XVIII e XIX», in

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, n.º VII, pp. 111-214.

Leite, Odete Tavares Paiva Silva, 1999, *S. Martinho de Avidos, comunidade rural do vale do Ave, demografia e Sociedade (1599-1995)*, Tese de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga.

Vasconcelos, Maria da Assunção Jácome, 1986, *Inventário das visitas e devassas*. Braga, Universidade do Minho, Arquivo Distrital.

Scott, Ana Sílvia Volpi, 1998, «O Avesso e o direito: concubinato e casamento numa comunidade do Noroeste português», comunicação apresentada ao Congresso Internacional de população, *V Congresso da ADEH*, Logronho.

Scott, Ana Sílvia, 1998, *Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*, Tese de doutoramento apresentada ao Instituto Universitário Europeu, Departamento de História e Civilização, Florença.

Soares, Franquelim Neiva, *A Arquidiocese de Braga no século XVII, sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550-1700)*, Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 1993.

Soares, Franquelim Neiva, *Visitações e inquéritos paroquiais da comarca de Torre de Moncorvo de 1775-1845*, Braga, 1981.

Reflexões em torno da Demografia Histórica

presenta uma enorme vantagem para qualquer investigador, já que, não implicando abdicar da sua formação de base a favor da Demografia Histórica, lhe permite trabalhar nos dois campos. Fundamental é que tenha bem presente o campo em que se desenvolve o estudo, respeitando os objectivos e as metodologias inerentes a cada uma das disciplinas. Penso que a incompreensão desta realidade por parte de alguns investigadores está na base de muitas das ambiguidades que envolvem a Demografia Histórica.

3. O QUE É A DEMOGRAFIA HISTÓRICA

Nascida das necessidades sentidas por um demógrafo francês de recorrer ao passado para explicar a particularidade do comportamento demográfico da França, nomeadamente a sua entrada precoce de quase um século no período da chamada “transição demográfica”, a Demografia Histórica persegue os objectivos da Demografia.

Ao pretender acompanhar o comportamento da variável fecundidade antes e depois do Antigo Regime, portanto num período para o qual não existiam fontes censitárias, Louis Henry imaginou um método que contornasse essa ausência de fontes específicas dos estudos demográficos e que lhe permitisse, em particular, o estudo da fecundidade. Recorreu aos registos nominativos que a Igreja Católica mantinha para controle das comunicações de fiéis e que se foram tornando sistemáticos a partir do Concílio de Trento – os livros de baptismo, de casamento e de óbitos onde os párocos assentavam os actos vitais dos seus fregueses. Estes registos sistemáticos permitiam-lhe proceder à reconstituição das famílias de determinada paróquia. A partir dessas fontes construídas – as fichas de família – era possível medir, com precisão e rigor, os comportamentos demográficos ligados à natalidade, à reprodução e à mortalidade. É consensual que a publicação da metodologia de Henry, em

1956, é o marco que dá estatuto de autonomia à Demografia Histórica.

O nascimento da Demografia Histórica está, assim, indissolivelmente ligado à Demografia – foi a necessidade de estudos científicos de análise demográfica sobre as populações do passado que conduziu à elaboração do método que lhe deu carta de alforria. Significa isto que a Demografia Histórica herda da Demografia os objectivos e também as técnicas utilizadas na análise demográfica. Mas porque, tanto para elaboração das suas fontes específicas como para interpretação dos fenómenos demográficos, tem de recorrer aos métodos, às técnicas e à capacidade de contextualização temporal e espacial característicos da História, a Demografia Histórica é também uma disciplina filiada na História.

Poder-se-ia pensar que é esta dupla filiação que torna ambíguas as fronteiras da Demografia Histórica. Pessoalmente, julgo que não.

4. O QUE NÃO É A DEMOGRAFIA HISTÓRICA

Uma disciplina jovem, para se afirmar, tem de manter as suas fronteiras bem definidas, o que não pressupõe cristalização em torno dos objectivos iniciais, mas prudência na sua expansão. Por paradoxal que pareça, penso que é a riqueza de elementos e de pistas de trabalho que a Demografia Histórica fornece às outras disciplinas que põe em risco a sua identidade enquanto disciplina autónoma e não, como alguns autores pretendem, o desgaste resultante da rigidez e estreiteza do seu campo de estudo. Ou seja, concordo com os autores que temem que o alargamento de pistas de investigação a áreas que ultrapassam os objectivos iniciais da disciplina conduzam à sua diluição em outras áreas das ciências sociais.

O esforço a realizar no sentido da afirmação e do crescimento da disciplina passa, em minha opinião, pelos caminhos apontados por J. Dupâquier, de que cito apenas al-

guns: maior sofisticação no tratamento estatístico, utilização de novas tecnologias, alargamento geográfico e cronológico do campo de pesquisa, cruzamento das fontes originais com novas fontes, aumento da interdisciplinaridade¹. Passos claros, que não põem em causa os princípios fundadores da disciplina.

Julgo, porém, que há um ponto que por vezes é mal interpretado – é o que se relaciona com o cruzamento entre as fontes originais (os registos paroquiais) e novas fontes (recenseamentos, listas eleitorais, listas de impostos, contratos de casamento, testamentos, actos notariais, etc.). A questão que se coloca é: cruzar para quê? Para permitir maior rigor na interpretação dos movimentos demográficos? Para ultrapassar a pobreza da análise quantitativa em Demografia Histórica abrindo o campo à análise qualitativa? Para enriquecer as bases de dados que a Demografia Histórica disponibiliza para as outras disciplinas? Ou para alargar o campo de investigação da própria Demografia Histórica, permitindo-lhe estudos só possíveis através do cruzamento de fontes?

Considero esta uma questão chave, na medida em que a sua incompreensão pode resultar na adulteração dos objectivos primeiros da disciplina. E, contudo, Dupâquier é claro nesta matéria²: “Este alargamento do campo de observação tradicional vai provavelmente levar os historiadores-demógrafos a passar do simples cálculo de médias à descrição tipológica, o que devia permitir à demografia qualitativa, relegada há mais de vinte anos, fazer uma brilhante reaparição”. Ou seja, as novas fontes a explorar pelo historiador-demógrafo permitem-lhe um salto qualitativo na análise dos comportamentos demográficos e, nessa medida, permitem-lhe também disponibilizar informação muito mais rica às outras disciplinas. Mas Dupâquier não pretende que sejam os historiadores-demógrafos a levar a cabo os estudos que são da área específica dessas discipli-

Universidade do Minho em Minas Gerais Comemorações da Descoberta do Brasil

A Universidade do Minho representada pelos Professores Doutores António Franquelim Sampaio Neiva Soares e Justino Pereira de Magalhães e pelo Dr. Miguel Monteiro em representação do NEPS, Núcleo de Estudos de População e Sociedade, da mesma Universidade, participou no “programa das comemorações do Brasil 500 anos”, no estado de Minas Gerais realizadas nos dias 21 a 29 de Abril, promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e Centro da Comunidade Luso-Brasileira, na sequência de outras actividades de intercâmbio com o referido Instituto.

A iniciativa teve o apoio da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Consulado de Portugal, Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Fundação Clóvis Salgado, Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais, Escola Guignard .

Do programa constavam actividades de cariz científico, com conferências realizadas na Universidade Federal de Minas Gerais, subordinadas

aos temas “A Navegação no Atlântico Sul, na segunda metade do século XV e segundo quartel do século XVI: ciência náutica, navios e cartografia”, promovida por Franquelim Neiva Soares; “A relação histórica Portugal/Brasil: a descoberta do outro”, promovida por Justino Magalhães e “Migrantes, Emigrantes e Brasileiros: uma outra imagem dos Portugueses”, promovida por Miguel Monteiro.

Constaram do programa um conjunto de visitas às cidades históricas de Sabará, S. João de El-Rei, Tiradentes, Ouro Preto e outros locais de interesse histórico, natural e patrimonial, nas quais se destaca o que foi a mineração do ouro, os aspectos particulares do Barroco Mineiro e a figura do Aleijadinho e visitas: Museu da Escola, no Centro de Referência do Professor, Museu Tiradentes e da Mineralogia.

A delegação portuguesa visitou ainda o Museu de História da Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e Museu do Ouro.

Do programa constavam visitas a exposições: “Brava Gente Brasileira”

e “Epopéia Marítima no Palácio das Artes”.

Finalmente, integravam o programa sessões de natureza institucional, realizadas no Centro da Comunidade Luso-Brasileira, presidida pelo Cônsul Português de Minas Gerais, inauguração da nova sede do consulado, com a presença do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Lello.

As actividades encerraram com uma sessão solene comemorativa – “Brasil 500 anos”, realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais reunida em assembleia extraordinária comemorativa da chegada dos Portugueses ao Brasil, onde foi prestada homenagem à delegação da Universidade do Minho, tendo sido distribuídas placas comemorativas dirigidas à Universidade e aos professores convidados entregues pelo Presidente da Assembleia Legislativa seguindo-se a audição de um concerto sinfónico na mesma Câmara, executado pela Orquestra Sinfónica da Polícia Militar de Minas Gerais. •

APONTAMENTOS

Maria da Conceição Coelho dos Reis

Reflexões em torno da Demografia Histórica

nas!

E, aqui, retorno à questão da relação entre a formação de base dos investigadores e a Demografia Histórica. Não dispondo esta de uma formação básica própria, os seus investigadores são sempre recrutados em outras áreas das ciências sociais. Historiadores, na maioria, mas também sociólogos, antropólogos, biólogos, geógrafos, para só mencionar alguns. O peso notável dos historiadores faz mesmo com que o investigador da disciplina seja frequentemente referido como historiador-demógrafo (não seria mais lógico demógrafo-historiador?). É minha convicção que estes investigadores se aproximam da Demografia Histórica atraídos pela variedade e riqueza de estudos que podem desenvolver nas suas áreas de investigação a partir da informação que a Demografia Histórica fornece. É portanto compreensível que, cedo

ou tarde, a confusão se estabeleça entre os dois campos que o investigador domina, e que nos sejam apontados como caminhos ou linhas de investigação da Demografia Histórica estudos que nada têm a ver com ela. A história da família, por exemplo, poderá ser elaborada sob uma perspectiva histórica, ou sociológica, ou antropológica, mas não é certamente do campo da Demografia Histórica. O mesmo se passa com a história da alfabetização, da sexualidade ou da prática religiosa. Julgo que é da convergência de dois saberes distintos num mesmo investigador e da pouca atenção que esta situação lhe merece, que decorre muita da ambiguidade da Demografia Histórica.

5. CONCLUSÃO

Optei pela abordagem de problemas que julgo poder colocar no cam-

po epistemológico. Se o fiz não foi por me achar preparada para incursões numa área que, em princípio, penso que só deve ser abordada depois da profunda reflexão que uma prática prolongada da disciplina permite. As conclusões que fui tirando estão possivelmente erradas, dada a pouca consistência dos meus conhecimentos. Pode suceder também que tenha assumido posições excessivamente radicais, sem os matizes que a experiência dá. Sinto, porém, que cumpro os objetivos que me propus – interiorizar, a partir de um esforço de reflexão, a minha adesão à Demografia Histórica, uma adesão que pretendo completa mas não redutora. •

¹ Cf. J. Dupâquier, *Pour la Demographie Historique*, pp. 165 - 172.

² Idem, *ibidem*, p. 71.

Castelo Branco 18, 19, 20 de Abril de 2001
VI CONGRESSO DA ADEH

O próximo congresso da Associação de Demografia Histórica (ADEH) vai realizar-se na escola Superior de Educação de Castelo Branco, nos dias 18 a 20 de Abril do ano 2001. Recentemente foi tornada pública a primeira circular preparatória dos trabalhos do Congresso, da qual aqui se dá notícia.

As actividades do Congresso serão distribuídas por duas sessões plenárias e por várias sessões paralelas. Também terão lugar uma mesa redonda e uma conferência.

NORMAS PARA A ORGANIZAÇÃO E ENTREGA DOS TRABALHOS

Os investigadores que pretendem apresentar comunicações nas sessões plenárias deverão enviar os trabalhos para a sede do Congresso em Castelo Branco:

VI CONGRESSO DA ADEH

Ao c/ de

Maria João Guardado Moreira
 Escola Superior de Educação
 Rua Prof. Doutor de Faria de Vasconcelos
 6000 Castelo Branco
 Portugal
 Fax. 351 272 343477
 Tel. 351 272 3391100
 (mjgmoreira@mail.e.s.e.ipcb.pt)

Do mesmo modo, deverão enviar as comunicações e estabelecer contacto directo com o organizador da sessão. Note-se que nas sessões plenárias os trabalhos a apresentar estão limitados a um máximo de 15 por sessão.

No que diz respeito às sessões paralelas, os autores dos trabalhos deverão que dirigir-se directamente ao organizador da sessão e enviar cópias da comunicação para o organizador, comentador e outros participantes na dita sessão. O número limite de trabalhos a apresentar é de 3 a 4, podendo os organizadores, sempre que pos-

sível, colocar numa outra sessão aquelas comunicações que não possam ser incluídas na sua.

SESSÕES PLENÁRIAS

“Populações de fronteira”

Organizada por:

Maria Luís Rocha Pinto
 (marialuispinto@mail.telepac.pt).
 Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Departamento de Sociologia. Av. de Berna, 26 C.
 1050 Lisboa. Portugal.

Vicente Pérez Moreda
 (pmoreda@ccee.ucm.es).
 Facultad de Ciencias Empresariales y Económicas. Universidad Complutense de Madrid.
 Dpto. de Historia e Instituciones Económicas II. Campus de Somosaguas 28223 Madrid.
 España.

Definição: Pretende-se criar com esta sessão um fórum de discussão de trabalhos que abordem, em princípio, temas demográficos específicos das populações, portuguesas e espanholas, situadas

dos dois lados da “raia”.

Uma especificação mais concreta de possíveis temas a tratar na sessão deveria abordar antes os estudos de fenómenos demográficos “trans-fronteiriços”, e em primeiro lugar o tema da migração dos dois lados da raia, que deveria complementar-se com o tratamento dos intercâmbios e mobilidade matrimonial entre as populações fronteiriças.

Em termos gerais, o tema poderia estender-se ao estudo da emigração portuguesa em Espanha (Galiza, Andaluzia ou outras regiões, em épocas distintas) ou da presença de imigrantes de origem espanhola em Portugal.

A cronologia e intensidade dos intercâmbios humanos entre as populações de ambos os lados de uma fronteira podem Ter sido afectadas por uma série de factores de diversa índole, dos quais se destacam os conflitos bélicos que ao longo da história sofreram de uma maneira especial as populações fronteiriças. O estudo

VI CONGRESSO DA ADEH
Castelo Branco 18, 19, 20 de Abril de 2001

COMISSÃO ORGANIZADORA CIENTÍFICA

David Reher, Maria Luís Rocha Pinto, Fernando Mikelarena Peña, Maria Norberta Amorim, Manuel Ardit Lucas, Llorenç Ferrer Alòs, Mercedes Lázaro, José Manuel Pérez García, Alberto Sanz Gimeno e Maria João Guardado Moreira.

CALENDÁRIO PRELIMINAR DO CONGRESSO

JUNHO de 2000: Data limite para estabelecer contacto com os organizadores e enviar as propostas de trabalho para cada sessão.

OUTUBRO de 2000: Anúncio das sessões e participantes definitivos no Congresso.

JANEIRO de 2001: Prazo limite para a entrega de trabalhos das sessões plenárias.

MARÇO de 2001: Prazo limite para a entrega de trabalhos das sessões paralelas.

MARÇO de 2001: Publicação do programa oficial do VI Congresso.

As actividades do Congresso serão distribuídas por duas sessões plenárias e por várias sessões paralelas. Também terão lugar uma mesa redonda e uma conferência.

VI CONGRESSO DA ADEH

das consequências demográficas, a curto e longo prazo, destes conflitos constitui, sem dúvida, outro dos temas de estudo de especial interesse.

As populações de fronteira são por definição, e em relação com o resto da população de cada país, populações marginalizadas, pelo menos no sentido geográfico situadas à margem, nos extremos do território. Descobrir as implicações demográficas dessa marginalidade geográfica, que em muitas ocasiões se traduz também numa marginalidade económica e social, seria outra das questões a tratar na sessão. As peculiaridades geográficas que afectam muitas populações fronteiriças também explicam peculiaridades económicas um elevado grau de autonomia, por exemplo, quando a fronteira é mais impermeável, com vantagens especiais para o tráfico legal ou clandestino, quando é mais aberta derivam possíveis características demográficas peculiares em cada caso. Descobrir a especificidade destes traços próprios das populações de fronteira torna-se, em suma, o principal objectivo da sessão.

A sessão não tem limites cronológicos. Serão igualmente aceites trabalhos que contemplem fenómenos medievais, dos tempos modernos e da época contemporânea, incluindo estudos do período recente protagonizados, por exemplo, por geógrafos. Igualmente, o conceito de "raia" deve-se estender, além dos limites da fronteira leonesa e da estremadura, a todas as regiões fronteiriças portuguesas e espanholas. Do mesmo modo, serão aceites análises relativas a outros casos de populações fronteiriças, especialmente da fronteira pirenaica entre França e as várias regiões dos Pirenéus espanhóis.

■■■■■■■■■■

“Reconstituição de famílias, casa e estratégias sociais”.

Organizada por:

Llorenç Ferrer Alòs

(dolorsf@jet.es).

C/ Santiago Rusiñol 4. 08270 Navarclés. Barcelona. Espanha.

José Manuel Pérez García

(josema@uvigo.es)

Avenida de Galicia 23, 4º B. 36207 Vigo. Espanha.

Definição: Com esta sessão, a ADEH pretende fazer eco de um movimento de renovação que se desenvolveu, preferencialmente, na década de 1990 e que tem sido referenciado em algumas reuniões científicas, contando-se obras pioneiras e projectos de investigação que começam a ser apresentados em revistas e congressos.

A sessão quer partir da ideia central de encontrar a síntese das metodologias chave que têm sustentado os alicerces da micro-análise nos últimos decénios: de um lado, a reconstituição de famílias, do outro a história da família. Na desejável fusão parece que a reconstituição de genealogias descendentes poderia servir de veículo desta simbiose. Isto exige passar da teoria à prática as aproximações interdisciplinares entre a demografia histórica, a economia, a sociologia e a antropologia com métodos renovados

audazes. Também supõe enriquecer o leque de fontes a cruzar, os clássicos registos paroquiais e de estado civil, assim como as séries nominativas têm de complementar-se com uma ampla base de dados proveniente dos registos notariais, arquivos familiares e senhoriais, contribuições fiscais, róis de confessados, actas municipais, fundos judiciais, etc. O leque de possibilidades historiográficas é muito amplo, mas seria desejável centrar a sessão nos seguintes assuntos:

1) Metodologia e tratamento de fontes: a renovação dos métodos micro-analíticos clássicos.

2) Dinâmicas económico-demográficas e suas repercussões no lugar: o contexto da família.

3) Grupos sociais e estratégias de reprodução: das elites à totalidade social.

Desenvolvimento dos assuntos:

1) Propostas de cruzamento de fontes e virtualidade dessas operações. Reconstituição de famílias ou paróquias e elaboração de genealogias descendentes: problemas de representatividade e estimativas das amostras utilizadas. Estudo dinâmico das famílias e ciclo vital do lugar: novas fichas de acumulação múltipla de informação. As bases de dados e o tratamento informático: modelos operativos. A reconstituição automática de genealogias: problemas e resoluções.

2) Modelos demográficos e tipologias do lugar: o ciclo biológico e a morfologia do lugar. Sistemas económicos e estruturas familiares: permanências e mudanças na longa duração. As flutuações demográficas e económicas e seus efeitos nas formas de organização do lugar: modalidade de estratégias de resposta (defensivas, adaptativas ou expansivas).

3) Grupos sociais e ciclo económico familiar: dinâmicas sociais individuais e colectivas de enriquecimento e empobrecimento. Das normas jurídicas aos comportamentos reais: estruturas sócio-económicas, propriedade da terra, transmissões hereditárias e morfologias do lugar. Cadeias genealógicas e formas de controlo social, cultural e político: redes clientelares de aliança e parentesco, consanguinidade, irmandades, práticas endogâmicas, etc. Grupos sociais e mentalidades familiares: a casa, a alfabetização, o nível de vida, a sexualidade, etc.

VI CONGRESSO DA ADEH

SESSÕES PARALELAS

As sessões paralelas propostas para o Congresso da ADEH, assim como os seus organizadores, são:

“20 anos de planificação familiar na Península Ibérica”.

Josune Aguinaga Roustán
(*jaguinaga@poli.uned.es*).

Dpto. de Sociología III. Facultad CC.PP. y Sociología. C/ Obispo Trejo s/n. 28040 Madrid.
Espanha.

Definição: Passaram 20 anos desde que se despenalizaram os anticonceptivos em Espanha. Desde aquele momento até à actualidade, a natalidade deixou de ser uma das mais altas da Europa para ser a mais baixa. Também a população portuguesa sofreu uma diminuição da fecundidade. Afortunadamente hoje dispomos de instrumentos contundentes que nos permitem acompanhar essa evolução com grande precisão. Entre eles, contam-se as estatísticas demográficas e as pesquisas sócio-demográficas.

Outro tipo de documentação é a história da criação e evolução dos centros de planificação familiar. Porém, o instrumento por excelência da investigação sobre fecundidade, são as três Pesquisas de Fecundidade que desde 1977 se realizaram em Espanha, no âmbito do Programa das Nações Unidas do Inquérito Mundial da Fecundidade.



“Da emigração à imigração. Portugal e Espanha, segunda metade do século XX”.

Joaquín Arango Vila-Belda
(*fogarang@accessnet.es*).

Facultad de Ciencias Políticas y Sociología. Dpto. de Sociología II. Campus de Somosaguas 28223 Madrid. Espanha.

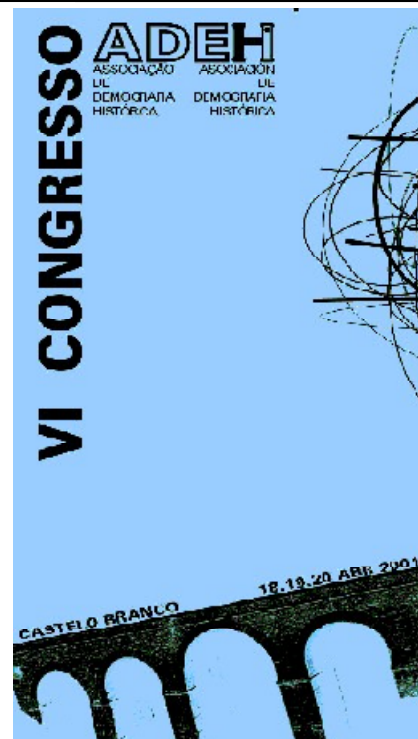
Maria Baganha.

Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra. Av. Dias da Silva 165. 3000 Coimbra.
Portugal.

Definição: O objecto da sessão é a análise comparativa da evolução migratória de Espanha e Portugal ao longo da segunda metade do século XX e suas experiências cambiantes. Os dois países passaram no período que agora termina de uma condição de países fortemente emigrantes a outra caracterizada pela imigração, passando por uma fase de transição em que foram frequentes os retornos. As trajectórias migratórias de ambos os países parecem essencialmente similares e paralelas, ainda que, sem dúvida, existem importantes e interessantes diferenças entre eles que podem permitir uma melhor compreensão de cada um deles.

Idealmente, a sessão estruturase em três partes, dedicadas respectivamente a:

- a) a emigração de portugueses e espanhóis na Europa nos primeiros decênios do período;
- b) o período de transição em que enfraquecem os fluxos para o exterior e são progressivamente substituídos pelos retornos e pelos primeiros fluxos de imigração;
- c) a conversão dos dois países em sociedades de imigração, assim como os traços característicos de um e de outro nesta nova faceta. O desejável seria contar com comunicações que integrassem comparativamente experiências nacionais, mas isso parece altamente improvável, ao menos no que se refere às primeiras etapas. Como segunda opção, em cada parte se apresentarão duas comunicações, uma de cada país, deixando a comparação para um colóquio posterior.



“As séries temporais dos actos vitais na demografia histórica”.

Joan Serafí Bernat i Martí
(*bernat@uji.es*)

Departament d’Economia.
Universitat Jaume I. Campus de Riu Sec 12071. Castelló.
Espanha.

Definição: A análise das séries vitais constitui uma das ferramentas clássicas dos investigadores da população. Na Península Ibérica, a documentação conservada desde o princípio do século XVI é de uma riqueza excepcional no contexto mundial.

Paralelamente ao desenvolvimento da demografia histórica nos nossos países, têm sido incrementados esforços no tratamento e análise destas estatísticas, sendo inúmeras as agora disponíveis.

Contudo, os resultados obtidos aparecem significativamente distanciados da inversão realizada. Por isso, consideramos conveniente relançar esta temática e abordá-la desde a máxima amplitude possível. A sessão aparece estruturada em duas partes complementares:

VI CONGRESSO DA ADEH

a) A primeira será dedicada a todos os aspectos relacionados com a problemática que conjuga amostras amplamente significativas de séries vitais, desde a localização, catalogação, valorização crítica da documentação susceptível de gerá-las até à criação de bases de dados flexíveis, passando pelo estado actual da questão. Estas panorâmicas obrigatoriamente deveriam ter uma perspectiva espacial ampla.

b) A segunda destina-se a trabalhos que utilizem séries temporais com

metodologias inovadoras ou que apliquem técnicas já ensaiadas em algumas regiões peninsulares sobre amostras provenientes de outros territórios menos explorados.

■■■■■■■■■■

“Bem-estar em Espanha e Portugal, séculos XVII-XX: Função das instituições públicas e estratégias de sobrevivência individuais”.

Enriqueta Camps

(*enriqueta.camps@econ.upf.es*)
C/ Pintor Borrassa, 84. 08205 Sabadell. Espanha.

Montserrat Carbonell

(*montcar@eco.ub.es*)

Dpto. d'Historia i Institucions Econòmiques. Escola Universitaria d'Estudis Empresarials. Universitat de Barcelona. Diagonal 696. 08034 Barcelona. Espanha.

Isabel Moll Blanes

(*dhaimb0@clust.uib.es*).

C/ Bonaire 12, 1º. 07012 Palma de Mallorca. Espanha.

Definição: A sessão articula duas propostas anteriores, por considerar que tratam temas muito similares e evidentemente complementares. De um lado refere-se o tema do bem-estar como

transferência de dinheiro e assistência entre indivíduos e instituições (um dos

temas queridos das políticas sociais actuais), concedendo especial atenção às estratégias de sobrevivência de indivíduos no seio das famílias ou de lugares para conseguir o sucesso da unidade de estudo; observando até que ponto é possível falar de redes de solidariedade operativas no passado, segundo o nível de ingressos, género ou estatuto social dos indivíduos, famílias e lugares e até que ponto se podem explicar estas solidariedades à margem de um contexto institucional específico.

Por outro lado, propõe-se a análise do modelo (ou modelos) de política social da Administração Pública (estatal ou local) e as actuações específicas neste campo, que não compreende apenas aspectos assistenciais, mas também questões como normas específicas de cada administração em temas sanitários, assistenciais, educativos; e também todo o que está relacionado com a instalação de todos os tipos de infra-estruturas urbanísticas; não só para determinar a actuação pública em matéria de bem-estar e para estabelecer a influência do conjunto de medidas mencionadas nos aspectos mais estritamente demográficos da população.

■■■■■■■■■■

“Casa e medidas assistenciais intra-familiares e extra-familiares na velhice na Península Ibérica desde o século XVII à actualidade”.

Pilar Erdozain

C/ E.U. Estudios Empresariales de Huesca. Ronda de Misericordia 1. 22001 Huesca. Espanha.

Definição: Estudo da presen-

ça dos idosos nos lugares e das medidas assistenciais intra-familiares nos diferentes tipos de modelos familiares existentes em Espanha e Portugal.

Estudo das pautas assistenciais extra-familiares dirigidas aos idosos, relacionadas com a administração pública.

■■■■■■■■■■

“A população exposta ao longo da Idade Moderna”.

María del Prado de la Fuente Galán.

C/ Alfonso XIII, 424. 29805 Melilla. Espanha. Tfno: 952673331.

Definição: Serão abordadas questões como: mentalidade e marginalização social, publicações escritas pelos contemporâneos sobre o tema, natalidade, mortalidade, instituições, amamentação e legislação.

■■■■■■■■■■

“A lógica interna dos sistemas de transmissão de bens”.

Llorenç Ferrer Alòs

(*dolorsf@jet.es*).

C/ Santiago Rusiñol 4. 08270 Navarclès. Barcelona. Espanha.

Francisco Chacón

(*chaconmu@fcu.um.es*)

Dpto. de Historia Moderna y Contemporánea. Facultad de Letras. 30071 Murcia. Espanha.

Francisco García González

(*fgarcia@hister.uclm.es*).

Facultad de Humanidades. Universidad de Castilla La Mancha. Campus Universitario s/n. 02071 Albacete. Espanha.

Definição: Os sistemas de herança igualitários estão regulamentados por normas jurídicas que permitem uma grande quantidade de práticas que variam de um sítio para o outro, embora todas elas busquem a reprodução

VI CONGRESSO DA ADEH

social da família. Isso dificulta em muito a descoberta das estratégias que evitam a fragmentação excessiva do património e os mecanismos de recomposição. Nos sistemas de herança sem divisão de património, as práticas permitem menos variantes e as estratégias destinam-se a tentar manter a posição social dos excluídos. Nesta sessão pretende-se discutir as estratégias que se utilizam para evitar a degradação social das famílias.

■■■■■■■■■■

“Saúde e mortalidade na vida adulta. Passado e presente”.

Rosa Gómez Redondo
(rgomez@poli.uned.es).

U.N.E.D. Facultad de CCPP y Sociología. C/Obispo Trejo, s/n. 28040 Madrid. España. Tfno.: 913987048. Fax: 913987653.

Definição: Análise da mortalidade e da evolução da saúde na população que tenha superado a infância (jovens, adultos e idosos).

Propõe-se o marco teórico da Transição Sanitária, centrando-se fundamentalmente no século XX. Aproximação demográfica prioritária, a pesar do estudo das condições de vida e respostas sanitárias das sociedades poderem assumir relevo. Por esse motivo, a metodologia será multidisciplinar e serão valorizadas as propostas analíticas diferenciais.

■■■■■■■■■■

“Estratégias migratórias no seio dos grupos domésticos: os que se vão e os que ficam”.

Fernando Mikelarena Peña
(fmikelar@posta.unizar.es)

C/ E.U. Estudios Empresariales de Huesca. Ronda de Misericordia 1. 22001 Huesca. España.

Definição: Estudo das estratégias relativas à manutenção de alguns membros da família no

lugar nativo ou em outro lugar radicado no município de origem e relativas também ao abandono da casa paterna por parte de outros componentes e sua emigração a curta, média ou longa distância. Inversões na forma de legítimas ou dotes, inversão na forma de capital humano.

■■■■■■■■■■

“Emancipação em Espanha e Portugal, 1950-2000.

Cultura, idiosincrasia ou diferentes contextos sócio-económicos?”

Pau Miret

(pmiret@campus.uoc.es).

Centre d'Estudis Demogràfics. Universitat Autònoma de Barcelona. 08193 Bellaterra (Barcelona). España. Fax: 93 581 30 61

Carolina Montoro

(cmontoro@unav.es).

Instituto de Ciencias para la Familia. Universidad de Navarra. 31080 Pamplona (Navarra). España. Fax: 948 42 56 40.

Definição: São muito numerosos os estudos que manifestam profundos contrastes nas pautas de nupcialidade em Espanha e Portugal, tanto histórica como contemporaneamente. Uns colocam ênfase na explicação cultural destas diferenças regionais. Outros apontam apenas causas sócio-económicas ou destacam a sua combinação com aspectos culturais.

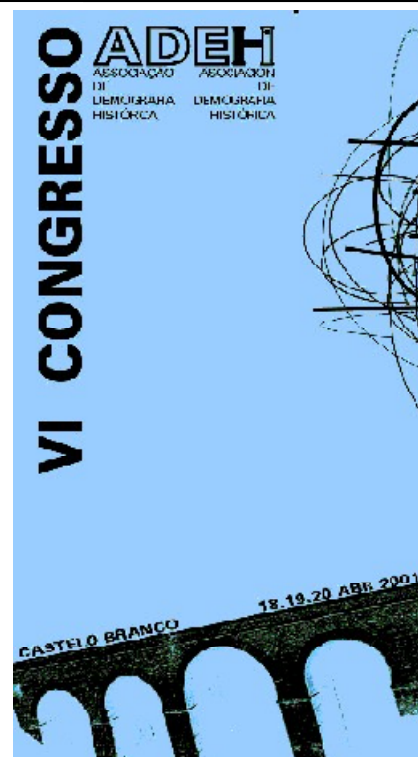
■■■■■■■■■■

“Fraternidade e mobilidade social antes e depois da transição demográfica”.

Antonio Moreno Almarcegui
(anmoreno@unav.es)

Abejelas 26 bis, 1º A. 31007 Pamplona (Navarra). España.

Definição: Sugere-se que uma



das causas da descida da fecundidade é a necessidade de inverter a «qualidade dos filhos em relação à quantidade dos mesmos», num esforço para prepará-los melhor para triunfar numa sociedade competitiva. Por outro lado, a descida da fecundidade implica que o número de irmãos e dos parentes colaterais se vão reduzindo, e as trajetórias vitais dos filhos em relação às dos seus podem chegar a ser diferentes, produzindo-se uma mobilidade social diferente, tanto na sua dimensão ascendente como descendente. A sessão pretende tratar das consequências desta descida da fecundidade na mobilidade social inter-geracional, tendo em conta o número de irmãos, a posição e o sexo do indivíduo, antes e depois da transição demográfica.

■■■■■■■■■■

“Economia da população”.

José Antonio Ortega Osona
(jaortega@ctv.es)

Dpto. de Análisis Económico: Economía Cuantitativa. Universidad Autónoma de Madrid. 28049 Madrid.

Definição: Análise de algum

VI CONGRESSO DA ADEH

tema relacionado com a população desde que com metodologias e perspectivas económicas. São aceites aproximações macro-económicas e micro-económicas. Valorizar-se-á a existência de uma dimensão cronológica e de alguma análise empírica.

principais problemas metodológicos no estudo destas variáveis, e algumas conclusões claras do tema analisado deverão ser pontos-chave nos trabalhos apresentados.

regiões da Península Ibérica, com um claro auge de certas zonas em contraste com o estacionamento e declínio de outras. Mas além desta realidade, deve-se referir que as sociedades urbanas peninsulares e seu papel no interior do mundo rural permanecerão basicamente inalterados ao longo do período, tanto nas suas dinâmicas internas como na forma de relacionar-se com o mundo exterior.

Nesta sessão, gostaríamos de receber trabalhos que se centrem no tema das mudanças e continuidades no mundo urbano durante a Idade Moderna. São válidos tanto os trabalhos que se aproximam ao mundo urbano no seu conjunto, como os que examinam determinadas cidades. Os comportamentos demográficos no mundo urbano, as sociedades urbanas, e as relações migratórias, económicas, sociais e culturais que vinculam cidade e campo figuram entre os temas susceptíveis de análise.

■■■■■■■■■■

“Mortalidade e dinâmicas demográficas na Península Ibérica nas primeiras etapas da transição (1800-1930)”.

“O papel das redes migratórias nos processos de migração interna”.

Joaquín Recaño Valverde
(jrecano@cedserver.uab.es)

Avda. Europa 49, 1er 1ª. 08907 Hospitalet de Llobregat (Barcelona). Espanha.

Definição: Tem como objectivo analisar a partir de experiências locais e regionais diferentes aspectos relacionados com as redes migratórias: os mecanismos que as constituem, seu papel no desenvolvimento dos processos migratórios, as pautas de distribuição espacial nas regiões de origem e destino, com especial ênfase na dimensão municipal e infra-municipal, a cronologia de constituição das redes, as características sócio-demográficas dos indivíduos que as integram, a estrutura das redes de parentesco dos migrantes nos lugares de origem e destino antes e depois da migração e as implicações sociais e culturais.

“As herdeiras: a transmissão do património biológico através da sucessão feminina”.

Ofelia Rey

(hm1648w@usc.es).

Área de Historia Moderna. Facultad de Geografía e Historia, Plaza de la Universidad, s.n., 15703, Santiago de Compostela. España. Tfno.: 981583300 (extensión: 2611.; Fax.: 981582144.

Antoinette FauveChamoux
(fauve@mshparis.fr).

Definição: A transmissão hereditária por via feminina nas sociedades urbanas e rurais desde a baixa Idade Média ao século XX. Suas causas e consequências demográficas, sociais, económicas... Suas fórmulas e as estratégias familiares implicadas. O

■■■■■■■■■■

“O mundo urbano na Península Ibérica durante a Idade Moderna: mudanças e continuidades”

David Reher

(dreher@cps.ucm.es)

Facultad de CC. PP. y Sociología. Universidad Complutense de Madrid. Departamento de Sociología II. Campus de Somosaguas 28223 Madrid. España. Fax: 91394 26 46.

Definição: Ao longo dos séculos XVI-XVIII produziram-se mudanças profundas nos sistemas urbanos vigentes nas distintas

Diego Ramiro Fariñas
(soso2z1@emducms1.sis.ucm.es)
C/ Murcia 28, 4º A. 28045 Madrid. Espanha.

Definição: Nesta sessão serão abordados vários aspectos fundamentais dos primeiros estádios da transição demográfica espanhola durante o período que vai desde o início do século XIX até aos primeiros trinta anos do século XX. Embora a sessão seja orientada em torno das mudanças produzidas na mortalidade, tratando-se temas como estrutura por idade, diferenças regionais, desigualdade perante a morte, mortalidade urbana e rural ou mortalidade por causa de morte, serão também aceites trabalhos originais que abarquem o mesmo período de análise sem terem como objecto central a análise da mortalidade.

Para o caso dos estudos baseados fundamentalmente na mortalidade serão de especial

interesse os trabalhos que abordem o estudo do fenómeno nos primeiros anos de vida e que abarquem no seu estudo o período do início do declive da mortalidade incidindo nas causas responsáveis por esse declive. A apresentação de modelos que expliquem as mudanças nos fenómenos demográficos, a descrição dos

VI CONGRESSO DA ADEH

aceso ao matrimónio: idade, endogamia o exogamia geográfica e sócio-económica, segundas núpcias... A herança biológica das herdeiras. As não herdeiras e seu papel nas estratégias familiares e na transmissão biológica.

■■■■■■■■■■

“Higiene e Demografia”.

Elena Robles González

(*elena.robles@ua.es*)

Dpto. de Salud Pública. Universidad de Alicante. Apto. Correos 99. 03080 Alicante. España.

Definição: A sessão pretende contribuir para um melhor conhecimento do pensamento demográfico em Espanha e Portugal contemporâneos através da visão particular dos médicos higienistas ou dos profissionais, com formação não médica, que reflectiram sobre aspectos relacionados com a demografia e a higiene.

■■■■■■■■■■

“Epidemias ou exploração?

A catástrofe demográfica do Novo Mundo”.

Nicolás Sánchez Albornoz

(*nsancheza@nexo.es*)

C/ José Martínez de Velasco 6. 28007 Madrid. España.

Definição: Percorrido mais de meio século desde a mudança

imposta na demografia histórica americana pelos primeiros trabalhos de S.F. Cook e W.W. Borah, chegou a hora de re-examinar as evidências reunidas. Ao mesmo tempo, será apreciado o impacto que teve a abertura do continente a outros sistemas epidemiológicos e económicos. Três casos serão considerados preferentemente: o Caribe, México e os Andes.

■■■■■■■■■■

“Biodemografia:

uma aposta para o estudo das populações”.

Eduardo Sánchez Compadre

(*dbaesc@unileon.es*)

Dpto. de Biología Animal, Laboratorio de Antropología. Facultad de Biología, Universidad de León. 24071 León. España.

Definição: De todas as perspectivas em que se pode analisar uma população, a Biodemografia contempla a das populações humanas como unidades biológicas dinâmicas, nas quais se produzem os processos evolutivos (mutação, selecção natural, mudança genética, consanguinidade, migrações) que definem o grau de adaptabilidade da população ao seu meio e perseguem a sua homeostasia.

■■■■■■■■■■

“A transição demográfica em Espanha e Portugal a partir da

perspectiva da família e do indivíduo”.

David Reher

(*dreher@cps.ucm.es*)

Facultad de CC. PP. y Sociología. Universidad Complutense de Madrid. Departamento de Sociología II. Campus de Somosaguas 28223 Madrid. España. Fax: 91394 26 46.

Definição: A teoria da transição demográfica sustenta-se sobre um grande número de estudos empíricos baseados em registos censitários e em estatísticas vitais publicadas ou elaboradas a partir de amostras de séries anuais. Faltam os enfoques micro que verificam o processo desde a perspectiva da experiência das famílias ou de indivíduos, onde o nível de agregação é mínimo ou nulo. Cabe afirmar que a única renovação real e possível ao nosso conhecimento da transição demográfica advém dos estudos micro.

Para esta sessão procuram-se trabalhos que utilizam esta perspectiva e que se baseiam na reconstrução de famílias (ou de paróquias), na análise tradicional da família e do lugar, ou amostras locais de séries temporais. Considera-se que a transição demográfica abarca o período entre, aproximadamente, 1860 e 1960. •

Um livro de Miguel Sopas bandeira

O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII

Acaba de ser publicado o livro *O espaço Urbano de Braga em Meados do Século XVIII*. Da autoria de Miguel Sopas de Melo Bandeira, o estudo académico foi apresentado como dissertação nas suas provas públicas para efeitos de obtenção do grau de Mestre em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Como salienta Pereira de Oliveira, trata-se de uma investigação de Geografia Urbana Histórica que, “mercê do aproveitamento de documentos muito raros entre nós e de um absoluto interesse científico”, o au-

tor “soube explorar para dar corpo ao trabalho”.

De acordo com Miguel Sopas de Melo Bandeira, a investigação iniciou-se com a indagação das fontes referentes à cidade produzidas pelo Cabido da Sé Primacial de Braga, na altura, “simultaneamente uma verdadeira autoridade política e o grande potentado económico”, sendo “a conjugação destes dois factores que proporcionou a elaboração de um fundo documental tão rico e detalhado”.

Partindo da constatação de que Bra-

ga “é hoje em dia um espaço de profundas e rápidas transformações urbanas que apelam à intervenção activa de projectos de desenvolvimento, assentes na estreita observância de valorização da sua memória e identidade colectivas”, o autor salienta que “as origens da cidade mergulham nos primórdios históricos do Noroeste Peninsular, onde se instalou no centro de uma região densamente povoada, o que lhe confere um papel relevante no âmbito do urbanismo português contemporâneo”. •

Estão abertas as inscrições Curso de Mestrado em História das Populações

1. INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS

O curso de **Mestrado em História das Populações**, tal como os outros projectos de ensino da Universidade do Minho, tem como objectivos primordiais a formação humana no mais alto nível, nos seus aspectos cultural, científico e profissional, e o desenvolvimento da investigação fundamental e aplicada, tendo em atenção as necessidades da comunidade. Neste sentido, além de promover a formação complementar de professores e investigadores das ciências sociais e humanas, do ensino secundário e do ensino superior, pretende contribuir para a formação de outros profissionais comprometidos com o apoio directo às populações ou ligados a comissões de planeamento de nível autárquico. Este projecto aposta ainda na satisfação de interesses puramente culturais, sem ligação necessária ao exercício de uma profissão.

2. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA CURRICULAR

O curso tem duração de quatro semestres. A parte curricular do curso abrange três semestres lectivos e exige a obtenção de 21 U.C.; a aprovação na parte curricular habilita à concepção de um **Diploma de Especialização em História das Populações**. O 4º semestre é dedicado à preparação da dissertação original para obtenção do diploma de **Mestrado em História das Populações**.

3. HABILITAÇÕES E CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

Poderão candidatar-se à matrícula no Curso de Mestrado em História das Populações os portadores das licenciaturas em His-

tória e Ciências Sociais, História (qualquer ramo), Sociologia, Geografia, Antropologia ou áreas científicas afins, com média mínima de 14 valores.

Excepcionalmente, poderão candidatar-se titulares dessas licenciaturas com classificação inferior a 14 valores, ou titulares de outras licenciaturas, desde que o seu *curriculum* demonstre uma adequada preparação científica de base.

Os candidatos serão seleccionados pela Comissão Directiva do Curso, tendo em conta a classificação de licenciatura e/ou de outros graus já obtidos pelo candidato, dando particular relevo ao *curriculum* científico na área de Demografia Histórica.

4. RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

O curso de Mestrado em História das Populações conta com recursos humanos da Universidade do Minho e com a colaboração de professores convidados de outras universidades Portuguesas e Estrangeiras, designadamente:

Da Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais: Doutora Maria Norberta Amorim, Doutor José Viriato Capela, Doutora Maria Engrácia Leandro, Doutor António Franquelim Neiva Soares, Doutor Carlos Silva, Dr^a Margarida Varela Durães; do Instituto de Psicologia e Educação: Doutor Justino Pereira Magalhães; do Departamento de Produção e Sistemas: Doutora Edite Fernandes; do Departamento de Informática: Doutor Pedro Henriques; Investigadores do Neps: Maria Otilia Pereira Lage, Maria Hermínia Mesquita, António Augusto Amaro das Neves, Maria Hermínia Vieira Bar-



bosa e José Alberto da Cunha Oliveira.

Da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Doutor Jorge Fernandes Alves

Da Universidade de Coimbra: Doutor João Arriscado Nunes, Doutor Manuel Laranjeira Areia e Doutor Augusto Abade.

Da Universidade de São Paulo (Brasil): Doutora Maria Luíza Marcílio e Doutora Ana Silvia Volpi Scott.

Da Universidade Federal da Sta. Catarina (Brasil): Doutora Joana Maria Pedro e Doutora Bernardete Flores.

Estão previstas outras colaborações pontuais de docentes e investigadores nacionais e estrangeiros.

5. INFORMAÇÕES E CANDIDATURAS

O número de vagas será de 20, sendo condição necessária para o funcionamento do curso a inscrição de um mínimo de 10 alunos.

Os candidatos à frequência do Mestrado deverão fazer a candidatura acompanhada de Certificado de Habilitações (autenticado) e *Curriculum Vitae* detalhado (dados pessoais, académicos e profissionais) na Secretaria do Instituto de Ciências Sociais em Braga, ou enviar pelo correio para a Secretaria do mesmo Instituto em Guimarães.

Envio candidaturas: 05 de Junho a 30 de Junho

Afixação dos resultados: até 31 de Julho

Inscrições: 6 a 14 de Outubro
Mestrado em

História das Populações
Universidade do Minho
Campus Universitário de Azurém
4800-058 GUIMARÃES
Tel./Fax: 253-510187

Integrada nos cursos de Património e Turismo

Visita à Citânia de Briteiros

Com os apoios da Sociedade Martins Sarmiento e da Câmara Municipal de Guimarães, os alunos dos Cursos de Mestrado e Especialização em Património e Turismo realizaram, no passado dia 6 de Maio, uma visita de estudo à Citânia de Briteiros. Integrada na disciplina de *Arqueologia, Território e Ruínas*, a deslocação conduzida pelo Professor Francisco Sande Lemos serviu para revelar as diferentes etapas de formação deste arqueossítio, propriedade da Sociedade Martins Sarmiento.

A Citânia de Briteiros localiza-se na sua maior extensão na freguesia de S. Salvador de Briteiros, abrangendo também uma parte de Donim. Situada a 15 quilómetros da cidade de Guimarães, o monte onde assentou o povoado aparece destacado na paisagem envolvente e a uma cota de altitude que rondará os 330 metros, sendo igualmente designado de S. Romão. O vasto recinto surgia circuitado por três linhas concêntricas de muralhas, existindo ainda uma quarta cintura,

datando de diversas fases de ocupação.

As primeiras pesquisas arqueológicas foram ensaiadas por Martins Sarmiento (1833-1899). O notável arqueólogo português, aos 40 anos, iniciou as escavações na



Citânia de Briteiros, vizinha da sua Quinta da Ponte. Em 1876, promover na “cidade adormecida” uma Conferência Arqueológica Portuguesa. No ano seguinte, iniciou as explorações no Castro de Sabroso. Por iniciativa do investigador, procedeu-se a uma tentativa de reconstrução de algumas casas circulares, com uma

cobertura cônica de colmo.

No século XX, outro erudito vimaranense dedicou longas horas de pesquisa à Citânia de Briteiros. O Coronel Mário Cardoso levantou dúvidas sobre a legitimidade da tentativa de reconstituição das casas castrejas e sua duvidosa filiação “céltica” – no caso das de planta circular – ou “ibérica” – nas quadrangulares. As demoradas investigações arqueológicas que empreendeu naquele sítio ajudaram a fundamentar um alerta para o sistema simples de captação e distribuição de água, de longa sobrevivência etnográfica, baseado num “pequeno reservatório de pedra, de forma quadrangular”, em tudo semelhante às chamadas fontes de mergulho”, actualmente ainda espalhadas por todo o Noroeste português. •

Acaba de sair o primeiro número

Cadernos do Noroeste - Série Sociologia

Foi publicado o primeiro número da série, Sociedade e Cultura, dos Cadernos do Noroeste. Ligada ao Departamento de Sociologia da Universidade do Minho, esta série “expressará as suas investigações, dúvidas e reflexões”, embora esteja solicitada a receber outras colaborações de disciplinas próximas como a Demografia, Geografia e Antropologia. Neste Vol. 13 dos Cadernos do Noroeste, Série de Sociologia, poderá encontrar os seguintes textos:

- ♦ *A construção social da diferença através da acção denominativa. O caso dos jovens portugueses perante as migrações internacionais*, Maria Engrácia Leandro.
- ♦ *Esperanças de vida e modelos estáveis na população portuguesa: que mudanças?*, Ernesto Figueiredo e J. Cunha Machado
- ♦ *A agricultura portuguesa, o Estado e a PAC Europeia*, Manuel Carlos Silva
- ♦ *Problemáticas do Norte rural*, de Paula Cristina Remoaldo, Elza Maria Carvalho e Maria José Caldeira

♦ *Quando o rochedo de Sísifo rola pelo espaço urbano – planeamento urbano e qualidade de vida*, Miguel Melo Bandeira

♦ *O Emprego Segundo o Sexo. Resultados de um Inquérito aos Licenciados da Universidade do Minho*, Albertino Gonçalves

♦ *Repensar o Mercado de Trabalho: Emprego vs desemprego*, Ana Paula Marques

♦ *Teletrabalho e Articulações Temporais Vidal Sassoon*, Emília Rodrigues Araújo

♦ *Modelos de Gestão de Recursos Humanos – o caso do sector segurador em Portugal*, Ana Maria Brandão

♦ *A Construção Social da Praia*, Helena Cristina F. Machado

♦ *Das relações entre tempo livre, lazer e turismo*, Paula Alexandra Malta

♦ *Epidemiologia, Mobilidade e Compor-*

tamento Social – o caso do VIII, Paulo Sousa Nossa

♦ *De Mães para Filhas – Aquis e Faz a Construção e a Reconstrução da História (de Uma Boa parte) dos “Produtos com História”*, Manuela Ribeiro e Conceição Martins

♦ *Propriedade e Sociedade no séc. XVIII. O caso de Basto (Stª Tecla)*, Elza Maria Carvalho

♦ *Rituais Funerários no Castanheiro*, Fernanda Natália Lopes Pereira

O mesmo número apresenta as seguintes reflexões e leituras:

♦ *Discursos de identidade, reificação e poder. Alguns apontamentos*, Albertino Gonçalves

♦ *O actor social camaleão – Recensão crítica de Carlos Fortuna (1999), Identidades, Percursos e Paisagens Culturais, Oeiras, Celta*, Helena Machado •

EDIÇÕES DO NEPS - TÍTULOS DISPONÍVEIS

FARIA, Inês Martins de, *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população – 1606-1910*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00]

GOMES, Maria Palmira Silva, *Estudo Demográfico de Cortegaça – Ovar (1583-1975)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00]

SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos, *Santiago de Ro-marigães, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Câmara Municipal de Paredes de Coura – Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 000\$00]

AMORIM, Maria Norberta e CORREIA, Alberto, *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Neps/

ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00]

SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVII e XIX)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00]

CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de, *Basto (ST.^a Tecla), Uma Leitura Geográfica (do século XVI à contemporaneidade)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999

[4 000\$00]

Aos membros do Neps é concedido um desconto de 20% sobre o preço de capa. Os pedidos (acompanhados de cheque correspondente ao valor dos livros solicitados) devem ser encaminhados para a Secretaria do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (Campus de Azurém da Universidade do Minho).

Boletim Informativo

nº 13 - Maio de 2000

PUBLICAÇÃO DO:

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO E SOCIEDADE

Instituto de Ciências Sociais

Universidade do Minho

Pólo de Azurém

Guimarães

DIRECTORA:

Coordenadora do NEPS

EDITOR:

António Amaro das Neves

COORDENAÇÃO DA REDACÇÃO:

Elisabete Pinto

COLABORADORES DESTES NÚMERO:

Odete Paiva, Maria da Conceição Coelho dos Reis, Maria Norberta Amorim, António Amaro das Neves, Elisabete Pinto

SECRETARIADO:

Isabel Salgado, Daniel Freitas, Natália Silva, Sónia Fernandes, Sérgio Castro, Vítor Oliveira

DEPÓSITO LEGAL

n.º 125306/98

Núcleo de Estudos de População e Sociedade

Universidade do Minho, Pólo de Azurém, 4800-058 Guimarães

Telefone/Fax 253510187 ♦ e-mail: neps@eng.uminho.pt

O Boletim Informativo do NEPS é uma publicação bimestral dedicada à divulgação das actividades do Núcleo de Estudos de População e Sociedade e dos trabalhos relacionados com Demografia Histórica e História das Populações. Agradece-se toda a colaboração que nos seja enviada, a qual será submetida à apreciação dos editores. Solicita-se o envio de notícias acerca de eventos, publicações e investigações nas áreas de Demografia Histórica e afins.

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.